

Formação inicial de professores na licenciatura em educação do campo: trajetória, organização e funcionamento

Initial teacher training in Bachelor's Degree Program in rural education: history, organization, and operation

Formación inicial docente en la licenciatura en educación rural: trayectoria, organización y funcionamiento

Nayla Marcatto da Costa

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande/MS – Brasil
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1088-966X>
e-mail: nahmarcatto@gmail.com

Célia Beatriz Piatti

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande/MS – Brasil
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2733-8218>
e-mail: celia.piatti@ufms.br

Resumo

Este estudo tem como propósito compreender o processo de criação e organização da licenciatura em educação do campo, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e como se estabelece a formação inicial de futuros professores para atuarem em escolas do campo. Tomamos por base os estudiosos da educação do campo, com aporte teórico na Teoria Histórico-Cultural (THC), com fundamentos no materialismo histórico-dialético. Como procedimentos metodológicos, realizamos análise documental, utilizando como fontes os projetos pedagógicos de curso de 2014-2018 e 2018-2022, com o objetivo de analisar a organização teórico-metodológica da matriz curricular do curso da referida licenciatura. Os resultados indicam que a educação do campo se afirma como uma reivindicação histórica dos movimentos sociais e que a formação de professores para atuar em contextos do campo representa uma ação estratégica que fortalece o direito à educação das populações que vivem e trabalham no campo.

Palavras-chave: educação do campo, formação inicial de professores, licenciatura em educação do campo, matriz curricular.

Abstract

This study aims to understand the process of creating and organizing the bachelor's degree program in rural education at the Federal University of Mato Grosso do Sul, and how the initial training of future teachers to work in rural schools is structured. We draw upon scholars' work in rural education with theoretical support from Historical-Cultural Theory (HTC), grounded and foundations in dialectical historical materialism. We conducted documentary analysis as methodological procedures, using as sources the pedagogical projects for 2014-2018 and 2018-2022 academic years, aiming to analyze the theoretical and methodological organization of the curriculum framework for this degree program. The results indicate that rural education is a historical demand of social movements and that the training of teachers to work in rural contexts represents a strategic action that strengthens the right to education of populations living and working in rural areas.

Keywords: rural education, initial teacher training, bachelor's degree in rural education, curriculum framework.

Resumen

Este estudio tiene como objetivo comprender el proceso de creación y organización de la Licenciatura en Educación Rural en la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul, y cómo se establece la formación inicial de futuros docentes para actuar en escuelas rurales. El marco teórico se basa en los estudiosos de la Educación Rural con soporte teórico de la Teoría Histórico-Cultural (THC) y los fundamentos del Materialismo Histórico-Dialéctico. Como procedimientos metodológicos, realizamos un análisis documental, utilizando como fuentes los Proyectos Pedagógicos de los Cursos 2014-2018 y 2018-2022, con el objetivo de analizar la organización teórica y metodológica del currículo. Los resultados indican que la educación rural es una demanda histórica de los movimientos sociales y que la formación docente para actuar en contextos rurales representa una acción estratégica que fortalece el derecho a la educación de las poblaciones que viven y trabajan en zonas rurales.

Palabras-clave: educación rural, formación inicial docente, licenciatura en educación rural, matriz curricular.

1 Introdução

Este estudo é uma pesquisa de doutorado em andamento cujo objeto de pesquisa é a formação inicial de professores no curso de Licenciatura em Educação do Campo (Leducampo), com ênfase na análise da organização teórico-metodológica da matriz curricular do curso da referida licenciatura nos Projetos Pedagógico do Curso (PPC) de 2014-2018 e 2018-2022.

Ao analisarmos a trajetória da educação do campo, deparamo-nos com inúmeros conflitos, debates, reivindicações e manifestações, principalmente pelos movimentos sociais. Espera-se, assim, que a sociedade compreenda que os camponeses, ribeirinhos, quilombolas e os demais povos que vivem no campo têm direito à educação que dialogue com os princípios formativos nos quais esses grupos foram constituídos.

Cabe ressaltar que os movimentos sociais trazem consigo toda a sua história de lutas e debates para a construção coletiva de políticas públicas que fundamentem a consciência da coletividade, visando a exigir do Estado a garantia de cumprimento dos direitos dos povos do campo. De acordo com Molina (2012, p. 592),

A pressão e o processo organizativo desencadeado pela ação social de reivindicação da garantia de seus direitos pelos camponeses têm obrigado diferentes níveis de governo a criarem espaços institucionais para o desenvolvimento de ações públicas que deem conta das demandas educacionais do campo. Essas instâncias governamentais tendem a excluir a materialidade dos conflitos presentes no campo, revelando uma compreensão do conflito carregada de um imaginário negativo, temido e que necessariamente deve ser eliminado.

É necessário que os sujeitos do campo se reconheçam nesses conflitos que estão presentes em seu contexto, bem como compreendam e tenham condições de transformar tais conflitos em “[...] possibilidade de construção de superações, de mudanças, de transformações [...]” (Molina, 2012, p. 592).

De acordo com Arroyo e Fernandes (1999), os movimentos sociais foram se constituindo pelo Brasil com manifestações da classe trabalhadora em defesa da educação do campo, em escolas para os camponeses, de maneira que eles pudessem produzir, construir e transformar os conhecimentos empíricos em conhecimentos com embasamento teórico-científico, sem perder o sentimento de pertencimento aos locais onde vivem.

Em 2008, iniciaram-se os cursos de licenciatura em educação do campo no Brasil, constituindo-se como

[...] uma modalidade de graduação nas universidades públicas brasileiras que objetivam formar e habilitar profissionais para atuação nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, por área de conhecimento e também para a gestão de processos educativos escolares e processos educativos comunitários. (Molina; Hage, 2016, p. 806).

O curso foi limitado, a princípio, às experiências-piloto em 4 (quatro) universidades federais, das quais destacamos a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Federal de Sergipe (UFSE), com o apoio do Procampo.

Somente no ano de 2012, foram aprovadas e selecionadas outras universidades para a oferta do curso da Leduc, das quais se destacaram na região centro-oeste: Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal de Goiás (UFG) – Campus Catalão e Cidade de Goiás; Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) - Campus São Vicente da Serra.

O curso da Leducampo foi instituído na UFMS como uma proposta que avança para as perspectivas filosófica, política, ideológica e sociais. Trazendo uma fundamentação teórico-metodológica instituída, de modo a afirmar as concepções que superam a educação escolar rural no Brasil.

A implantação da Leducampo levou em consideração aspectos dos fundamentos e princípios da educação do campo, das práticas pedagógicas e das políticas públicas. A perspectiva é a de conduzir os estudantes a conhecer e reconhecer os territórios na região sul-mato-grossense que são do campo, dos quilombos, das comunidades indígenas e ribeirinhas, reconhecendo as potencialidades, os conflitos e as contradições que se apresentam nesses territórios.

Diante desse contexto, esta pesquisa tem aporte teórico na Teoria Histórico-Cultural (THC), com fundamentos no materialismo histórico-dialético, o que nos permite compreender o objeto de pesquisa na realidade. Conforme Netto (2011, p. 12), esse método corresponde a “[...] uma espécie de saber total, articulado sobre uma teoria geral do ser (o materialismo dialético) e sua especificação em face da sociedade (o materialismo histórico)”. A lógica dialética representa o movimento constante da realidade, pois tudo que existe está em movimento e se constitui a partir de um contexto histórico e material.

Para tanto, os procedimentos metodológicos apresentam uma análise teórico-conceitual, com base na bibliografia para fundamentar a análise documental, com o auxílio dos PPCs de 2014-2018 e 2018-2022 do curso da referida licenciatura.

Dessa forma, o artigo está organizado em três seções a saber: na Seção 2, temos a implantação da formação inicial de professores na Leducampo na UFMS, que apresenta a elaboração inicial do PPC em 2014 e, posteriormente, as alterações necessárias e reestruturação em 2020; na Seção 3, analisamos a organização teórico-metodológica da matriz curricular da Leducampo, com o intuito de compreendermos as mudanças na matriz curricular da referida licenciatura e as implicações para a formação dos professores.

2 Implantação da formação inicial de professores na licenciatura em educação do campo na UFMS

A UFMS foi fundada em 1962, com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia em Campo Grande, representando o marco inicial do ensino superior público na região sul do então estado de Mato Grosso. Com a divisão do estado de Mato Grosso, a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT) foi federalizada, por meio da Lei Federal

nº 6.674, de 5 de julho de 1979, passando a ser denominada Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Atualmente, a UFMS oferece cursos de graduação e pós-graduação, tanto presenciais quanto a distância. As pós-graduações incluem programas de especialização (*lato sensu*) e de mestrado e doutorado (*stricto sensu*).

Vale ressaltar que o estado de Mato Grosso do Sul está situado na região centro-oeste do Brasil, reconhecida por sua forte vocação agrícola e frequentemente chamada de “celeiro do país”. No entanto, o meio rural também é um espaço marcado por conflitos e contradições, onde, muitas vezes, os trabalhadores camponeses são vistos apenas como força de trabalho, sem perspectivas concretas de permanecerem em seus territórios de vida e produção (PPC, 2020).

O curso da Leducampo foi instituído na UFMS na cidade de Campo Grande, mediante a chamada pública do Edital de seleção nº 02/2012- Sese/Setec/ Secadi /MEC de 31 de agosto de 2012, por intermédio de ações integradas entre Secretaria de Educação Superior (Sese), Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia (Setec), Secadi.

Para a implantação da Leducampo na UFMS, foram definidos a partir do PPC critérios de identificação, organização, normas e regimentos do curso, tais como: o curso tem duração de quatro anos, é realizado na modalidade presencial, carga horária de 3.230 horas, com um número de 150 vagas, distribuídas da seguinte maneira – em quatro turmas (ciências humanas e sociais, uma turma de 40 estudantes; linguagens e códigos, duas turmas de 35 estudantes cada uma; e matemática, uma turma de 40 estudantes), definidas pelo regime de alternância, isto é, Tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC), além de corresponderem às especificidades do Procampo.

De acordo com o PPC (2014), justificou-se a necessidade de implantação do curso, em 2014, por existir uma lacuna na formação dos professores que atuam nas escolas do campo de MS no ensino fundamental – anos finais – e ensino médio. Além disso, esses professores apresentam uma formação inadequada à realidade na qual atuam. Por isso, foi pensada uma nova proposta formativa, na qual, segundo o PPC (2014, p. 4), existe uma

[...] ação articulada da universidade com os movimentos sociais e demais organizações do campo, as Secretarias Municipais de Educação, a Secretaria de Estado de Educação, o Comitê Estadual de Educação do Campo e demais órgãos federais (MDA, Incra e outros). Essa formação se faz necessária considerando o número de assentamentos e a necessidade de ampliar e qualificar a Educação Básica do Campo em MS.

Essa necessidade de docentes com habilitação para trabalhar nas escolas do campo

do estado de MS, foi o que mais contribuiu para a implantação do curso na UFMS. De acordo com Raposo (2021, p. 94),

[...] o vestibular seria destinado prioritariamente aos professores em exercício nas escolas do campo que não possuísem ensino superior, mas previa a possibilidade de estender-se a outros profissionais de educação em exercício nas escolas do campo, a jovens e adultos das comunidades do campo que tinham concluído o ensino médio.

O fato de haver em 2018 um quadro docente de 29.219 no meio urbano e de 4.187 no meio rural, que não estavam devidamente formados e habilitados para trabalharem nas escolas do campo, foi fundamental para a formação e manutenção do curso, que se deu diante da

[...] preocupação com a formação docente no contexto das escolas do campo e nesse sentido contribuir [para o] atendimento das demandas formativas e educativas no estado de MS, como forma de minimizar tal cenário de precarização docente no estado e, em especial, no contexto rural. (PPC, 2020, p. 12).

Uma das características fundamentais da Leducampo é que os estudantes residem em áreas rurais, tais como assentamentos, quilombos, aldeias, áreas ribeirinhas e outras comunidades rurais em todo o estado do MS. Segundo Molina e Hage (2016), um dos principais desafios do curso consiste em preservar o foco no perfil dos estudantes ingressantes, uma vez que, ao ocorrer a padronização do curso, sem a definição clara do público-alvo, há o risco de descaracterização de sua proposta. E foi o que houve na Leducampo em 2018, com a institucionalização do curso. Como aponta Brasil (2021, p. 84),

Um novo modelo de PPC se constituiu, e o curso passou a ser reconhecido no interior da universidade como um curso “padrão”, como os demais cursos da universidade. Isso implicou na alteração dos editais de seleção, que passaram a ser como os demais da universidade, sem atender às especificidades de quem vive e trabalha no campo, ou seja: sem editais específicos que possibilitassem a entrada de quem realmente tem vínculo com o campo.

É importante manter os critérios de seleção dos ingressantes, articulados aos propósitos e finalidades da Leducampo, para que não tenhamos um número elevado de desistência por não ter identidade com o curso. Concordamos com Marliere (2018), que as formulações e a reformulação dos PPCs da Ledoc estão fundamentadas nas políticas hegemônicas, que visam à homogeneização dos cursos e, consequentemente, descaracterizam as particularidades e especificidades da educação do campo.

De acordo com Molina e Hage (2016, p. 811-812, grifos do autor), para que não haja essa descaracterização, é fundamental estabelecer alguns condicionantes que podem

direcionar melhor os sujeitos ingressantes, a fim de que estejam em conformidade com o que se pretende na licenciatura:

a) pertencimento ao território/territorialidade – moradores e pequenos agricultores de comunidades rurais, quilombolas e caiçaras, ou que pratiquem agricultura ecológica em espaços urbanos; *b) base profissional/formativa* – professores da rede pública que atuam nas escolas do campo sem graduação e sujeitos que desenvolvam atividades educativas com comunidades do campo, quilombolas ou indígenas, voltadas à diversidade sociocultural; *c) situação socioeconômica* – sujeitos oriundos da escola pública, que os pais não possuem ensino superior e que vivem em condição de vulnerabilidade social e econômica.

Destacamos que o estado de MS apresenta uma extensão territorial de aproximadamente 4,19% da área do país e 22,23% da área do centro-oeste, conforme o PPC (2020). Dentro dessa dimensão territorial, encontra-se um grande número de famílias que vivem no território rural, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na dimensão da agricultura familiar, o estado de MS apresenta mais de 70 mil famílias, que, segundo o PPC (2020, p. 9-10), distribuem-se em “[...] 20.538 famílias de produtores rurais tradicionais; 33.960 famílias de agricultores assentados; 13.672 famílias de indígenas; 2.112 famílias de pescadores profissionais artesanais; 586 famílias de quilombolas¹”.

Vale ressaltar que o MS é considerado, o estado do agronegócio; a área geográfica onde se encontra a referida licenciatura é marcada pelo predomínio de latifundiários e pelas disputas entre os grandes proprietários e os pequenos agricultores (camponeses). Esses conflitos são gerados pela desigualdade, pela predominância do latifúndio, pelo agronegócio, pelo uso da violência e por diversos outros problemas que emergem progressivamente desse processo (Oliveira, 2021).

A licenciatura é concebida dentro desse contexto. O curso em questão estabelece um contraponto ideológico em relação às políticas educacionais formuladas pelo estado de Mato Grosso do Sul (MS), as quais consolidam um modelo de desenvolvimento econômico baseado na pecuária extensiva e na monocultura, especialmente da soja, voltada para a exportação, em detrimento da produção de alimentos básicos para consumo interno, realizada pela agricultura familiar.

¹ (Fonte: <http://www.ms.gov.br/a-economiade-ms/> acessado em 02/09/2019).

3 Análise da organização teórico-metodológica da matriz curricular da Leducampo

A Leducampo foi concebida, inicialmente, como uma proposta que ultrapassa as práticas pedagógicas tradicionais, ampliando-se para dimensões filosóficas, políticas, ideológicas e sociais. Sustenta-se em uma base teórico-metodológica consolidada, com o propósito de avançar nas concepções da educação escolar do campo no Brasil, compreendendo a práxis como elemento central no contexto da educação do campo, que precisa ser

[...] evidenciada como potencialização de ações afirmativas e dialógicas e, nessa concepção, o curso pretende provocar os alunos a repensarem, filosoficamente, o ser humano e a vida no campo como espaços e tempos de ser, de estar, de conviver, de produzir bens materiais e imateriais, na possibilidade de que os alunos compreendam as ligações das partes com o todo e do todo com as partes, na busca da sustentabilidade local mediada pela organização comunitária, o coletivo, a mística, a agricultura familiar. (PPC, 2014, p. 7).

A elaboração da matriz curricular da Leducampo foi pensada com o objetivo de conduzir as formações fragmentadas, que não são previstas sob a perspectiva de contribuir para a transformação pessoal e da sociedade. Com isso, o PPC foi elaborado com a seguinte finalidade:

Na busca por assumir o seu papel político, social e educacional transformador, a UFMS e a sua comunidade educativa, ao construir este PPC, tem a oportunidade de: a) repensar a sua atuação político-pedagógica a partir da análise crítica da sociedade (global, regional, local); b) compreender os limites e as possibilidades da universidade como aliada das lutas encaminhadas pelas organizações e os movimentos sociais do campo. (PPC, 2014, p. 7).

Destacamos os compromissos sociais, políticos e educativos que fortalecem as relações sociais contra-hegemônicas, em favor das necessidades e interesses dos trabalhadores. De acordo com o PPC (2014, p. 8),

A função da educação escolar do campo é trabalhar com identidades, é trabalhar para que cada aluno/a possa perceber-se como um ser sensível, capaz, cidadão, parte de um coletivo, sempre em processo de crescimento. É contrapor-se à redução da vida ao sentido da propriedade particular, do meu, do teu, do dele, dos espaços demarcados, do tempo cronometrado, das datas comemorativas previstas no calendário civil e cristão. É fortalecer as possibilidades do coletivo, do diálogo, das trocas, da mística, dos espaços e dos tempos cíclicos do plantio e da colheita.

Por esse motivo, a Leducampo definiu, em conjunto com a comunidade discente, que os egressos devem ser, ao longo do curso, incentivados a conceber a escola como um

espaço público, onde se construam concepções teórico-científicas capazes de transformar os sujeitos e o contexto local em que estão inseridos, bem como promover o acesso universal, sem distinção de raça, cor, gênero e classe social. Desse modo, foi estabelecido que “[...] uma das finalidades do curso é contribuir para a construção de uma visão crítica sobre as funções da educação escolar nos contextos do campo em MS” (PPC, 2014, p. 8).

Para tanto, a concepção teórico-metodológica na qual o PPC da Leducampo está fundamentado visa a “[...] superar a dicotomia entre teoria e prática, oportunizando ao aluno o conhecimento de instituições escolares e da atuação dos professores” (PPC, 2014, p. 9). A relação entre teoria e prática ultrapassa as restrições dos processos formativos e a prática de modo pragmático, pois é preciso que os estudantes sejam capazes de desencadear debates, rever e reelaborar conceitos e se reconhecerem na identidade dos povos do campo.

A proposta metodológica se fundamenta no respeito à vida e às diferenças, pautando-se no diálogo e na participação ativa, a fim de desenvolver nos estudantes capacidades essenciais ao seu trabalho como professor. Portanto, a universidade precisa buscar coletivamente formas de qualificar o trabalho que é proposto e seu desenvolvimento na instituição.

Ao atender aos critérios e especificações exigidos para a criação do curso, também foi preciso considerar as particularidades definidas pelos programas do Procampo² (2009), do Pronacampo³ (2013) e do Novo Procampo⁴ (2025). Nesse contexto, adotou-se como parte da metodologia do curso a dinâmica da pedagogia da alternância, fundamentada no Tempo-Universidade (TU) e Tempo-Comunidade (TC). O curso foi organizado da seguinte maneira, segundo o PPC (2014, p. 11)

[...] com os dias letivos efetivados em Tempo-Universidade (40%) e Tempo-Comunidade (60%) e desenvolvido em tempo integral, utilizando os três períodos com atividades diversificadas e em diálogo com os saberes do campo (aulas expositivas dialogadas, visitas técnicas, levantamentos e pesquisas, observação de experiências, conversas, debates, seminários, sessões de estudo, participação em eventos das comunidades do campo

² O Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) apoia a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas do campo.

³ Criado pelo Decreto nº 7.352, instituído por meio da Portaria nº 86, de 1º fev 2013, tem como propósito, oferecer apoio financeiro e técnico para viabilização de políticas públicas no campo (Brasil, 2012, p. 04).

⁴ Em julho de 2025 tivemos o lançamento da Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas (Novo Pronacampo) é um conjunto articulado de ações de apoio aos sistemas de ensino para a implementação da Política de Educação do Campo, das Águas e das Florestas, em regime de colaboração com Estados, Municípios e Distrito Federal [...]. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-pronacampo>. Acesso em: 23 nov. 2025.

ou promovidos pelos movimentos e organizações sociais, passeios culturais e outros).

A Leducampo prevê que as aulas presenciais no TU sejam realizadas mensalmente na UFMS/Campus de Campo Grande, na Cidade Universitária. Nessas aulas “[...] será priorizado o enfoque teórico na busca da apreensão e na construção de conceitos que possibilitem a compreensão da formação da sociedade brasileira, tendo como premissa as temáticas relacionadas ao campo e suas históricas lutas” (PPC, 2014, p. 11).

O TU é fundamental para o acesso aos novos conhecimentos. Segundo Molina (2017, p. 596), também promove “[...] a formação desses educadores [...] para serem capazes de fazer o levantamento das tensões e contradições presentes na realidade de suas comunidades rurais de origem”.

No TC, são ofertadas possibilidades e potencialidades a partir das comunidades onde vivem os estudantes e nas escolas do campo, sob a orientação dos professores do curso, sempre utilizando, de acordo com o PPC (2014, p. 11)

[...] os instrumentos próprios da Pedagogia da Alternância (Plano de Formação; Plano de Estudo; Colocação em Comum – socialização e organização dos conhecimentos da realidade do aluno e do seu meio, que servem de base para o aprofundamento articulado nas várias áreas do saber; interdisciplinaridade; Caderno de Síntese da Realidade do Aluno (VIDA); Fichas Didáticas; Visitas de Estudo; Intervenções Externas – palestras, seminários, debates; Experiências/Projeto Profissional do Aluno; Visitas à Família do Aluno; Caderno de Acompanhamento da Alternância e Avaliação – contínua e permanente) que possibilitem os registros do que for sendo observado e pesquisado, os diálogos com as teorias abordadas, as ações desenvolvidas, as reflexões pessoais e coletivas, as dúvidas suscitadas e outros aspectos que se tornarem significativos no decorrer do processo.

Essa metodologia foi aplicada ao curso da Leducampo, com o objetivo de assegurar a permanência dos estudantes em seus territórios, durante o período de formação, ao mesmo tempo em que promove a possibilidade de eles construírem e transformarem os seus conhecimentos, por meio do acesso aos conhecimentos teóricos-científicos. Isso possibilita o retorno ao seu espaço de origem, com novas concepções e conceitos. Corroboramos Molina (2017, p. 596), segundo o qual,

Tal estratégia de oferta objetiva facilitar o acesso e a permanência no curso dos professores em exercício nas escolas do campo, possibilitando seu ingresso na educação superior sem ter de abandonar o trabalho na escola básica para elevar sua escolarização, bem como intenciona evitar que o ingresso de jovens e adultos do campo nesse nível de ensino reforce a alternativa de deixar a vida no território rural, conforme consta na matriz da LEdoC.

A organização curricular, definida a partir da alternância, foi estabelecida também como uma estratégia para a integração da educação básica com a educação superior, destacando como relevância os condicionantes das escolas do campo e definindo estratégias que promovam uma formação significativa, capaz de superar as disparidades socioeconômicas. Como aponta Molina (2017, p. 598),

A partir das propostas de integração do tempo universidade e tempo comunidade, e da necessária relação que integra os educadores em formação nas LEdocs com as escolas do campo, uma significativa colaboração tem se estabelecido entre a atuação das universidades e essas escolas. Verifica-se o desenvolvimento de ações de formação que em muito ultrapassam os próprios estudantes das licenciaturas.

Além da especificidade, da metodologia da pedagogia da alternância, a estrutura curricular da Leducampo também foi organizada para que os discentes tivessem uma formação articulada e interdisciplinar, ou seja, a fim de que pudessem escolher a sua formação dentre três áreas do conhecimento: linguagens e códigos, ciências humanas e sociais e matemática.

Essa formação foi pensada para que o futuro professor pudesse contemplar uma gama de conhecimentos e fosse capaz de ampliar as possibilidades de conhecimento. Segundo Molina (2017, p. 595), “As Ledocs foram também elaboradas pensando-se em ter coletivos de educadores nessas escolas, capazes de transitar em mais de uma disciplina de uma área de conhecimento, criando possibilidades de ampliação da oferta dos níveis de escolarização nos territórios rurais”.

Tal formação, que perpassa as diferentes áreas do conhecimento, tem por objetivo ampliar os conhecimentos científicos, articulando-os entre si e possibilitando aos estudantes construir e ampliar suas concepções críticas sobre os problemas reais da sociedade (Molina, 2017).

De acordo com a formação para os professores do campo defendida pelos movimentos sociais, compreendemos que as potencialidades se destacam no sentido de “[...] promover espaços de atuação docente por áreas de conhecimento nas escolas do campo, gera[ndo]-se também outras estratégias para produção, socialização e usos do conhecimento científico por meio do trabalho coletivo e articulado dos educadores” (Molina, 2017, p. 595).

No ano de 2018, foi publicada a Resolução nº 602, da UFMS, que instituiu mudanças apenas no item 7 do PPC, que trata do currículo da Leducampo. Essas mudanças entraram em vigor, no primeiro semestre de 2019. Dentre as alterações, constam as equivalências das disciplinas que faziam parte do currículo, em 2018, e como ficou após a

reformulação do PPC, em 2020.

Ao analisarmos as disciplinas, identificamos que na parte comum a todos – núcleo de formação geral –, houve a redução da carga horária das disciplinas de “agricultura familiar camponesa e os sistemas agroalimentares mundiais” e na “contextualização filosófica, histórica, social, política e econômica do campo brasileiro”.

Além disso, foram retiradas do currículo as disciplinas “educação, ciência e ideologia” e “organização e estrutura da educação brasileira e da educação do campo”. Foram inseridas como equivalentes as disciplinas de “letramento digital e linguístico”, em substituição a “leitura e produção de texto”.

No PPC (2020), as mudanças foram relevantes, resultando na redução de algumas cargas horárias, na exclusão de disciplinas consideradas essenciais e na adoção de equivalências curriculares que não apresentam similaridades com o conteúdo que era trabalhado anteriormente.

Mesmo com a redução da carga horária, algumas disciplinas mantiveram a mesma ementa, ou seja, os conteúdos foram mantidos, porém ministrados de maneira mais acelerada. O estágio supervisionado foi dividido em partes, cada uma com uma carga horária menor. Contudo, de acordo com o ementário do PPC (2018), o estágio supervisionado I corresponde exatamente às mesmas concepções teóricas do estágio obrigatório I e II (PPC, 2020). A forma como o estágio está apresentado não permite verificar quais são os impactos causados na formação dos estudantes, uma vez que se mantiveram as ementas.

Essas alterações resultaram na substituição de disciplinas fundamentais para o entendimento dos conteúdos a serem estudados e para o desenvolvimento das pesquisas que serão realizadas no decorrer do curso, em favor de disciplinas voltadas à prática da história oral, tecnologias digitais e letramento digital.

Nossa crítica não está no fato de essas disciplinas e conteúdos terem sido excluídos do currículo destinado à formação dos povos do campo, mas, sim, na atitude de pensar em subsídios para que esses discentes tenham uma base teórico-científica para se apropriarem desses conhecimentos e para que, além de executarem suas ações, tenham condições reais de as fundamentar (Costa, 2025).

Concordamos que as tecnologias devem ser utilizadas a favor da educação. No entanto, também é necessário que estejam inseridos os conteúdos abordados nas disciplinas de “educação, a ciências e a ideologia” e “organização e estrutura da educação brasileira e da educação do campo”, ou seja, uma disciplina não precisa excluir a outra e, sim, complementá-la.

Concordamos com Ramos, Moreira e Santos (2004, p. 37), ao afirmarem que o currículo “[...] precisa incorporar essa diversidade, assim como precisa tratar dos antagonismos que envolvem os modelos de agricultura, especialmente no que se refere ao patenteamento das matrizes tecnológicas [...]”.

No âmbito do desenvolvimento humano, das bases psicológicas da aprendizagem dos indivíduos, bem como da formação humana, identificamos na matriz curricular disciplinas que, no PPC (2014), direcionam para os estudos da psicologia da aprendizagem dos sujeitos do campo. Ou seja, referem-se às teorias de aquisição e construção do conhecimento, dos processos de formação dos saberes, da importância das primeiras aprendizagens, dentre outros assuntos de grande relevância para o processo de ensino-aprendizagem dos povos do campo (Costa, 2025).

Na transição do PPC de 2018 para 2020, essa disciplina foi substituída por “psicologia da educação”, a qual contempla o estudo de diversas abordagens teóricas, tais como as behaviorista, humanista, cognitivista, psicanalítica e histórico-cultural. Além disso, aborda temas relacionados à subjetividade, às relações no contexto da escolarização e às contribuições das teorias psicológicas para o processo de ensino e aprendizagem. Cabe ressaltar que disciplina é considerada componente básico e obrigatório em todos os cursos de licenciatura, conforme as diretrizes curriculares nacionais.

Ressaltamos que a formação humana acontece na relação com os outros e, além disso,

[...] todo o processo educativo [...] possibilita ao sujeito constituir-se enquanto ser social responsável e livre, capaz de refletir sobre sua atividade, capaz de ver e corrigir os erros, capaz de cooperar e de relacionar-se eticamente, porque não desaparece nas suas relações com o outro. (Ramos; Moreira; Santos, 2004, p. 37).

Uma outra alteração ocorrida diz respeito à disciplina “Tópicos especiais em educação do campo”, que era optativa em 2018 e passou a fazer parte do núcleo de formação geral como obrigatória a todos os estudantes em 2020.

Já nos núcleos de aprofundamento específico, a primeira mudança foi na carga horária, que passou de 952 horas para 1.071 horas a serem cumpridas com disciplinas. As outras mudanças ocorreram na área de linguagens e códigos, na qual a disciplina de “síntaxe” foi substituída pela “síntaxe da língua portuguesa e possibilidades de ensino na educação do campo”.

Ademais, foram inseridas as disciplinas “tecnologias digitais aplicadas ao ensino de português”; “etnolinguística e educação do campo” e “gêneros textuais, materiais didáticos

e educação do campo”. Na área de matemática, foram inseridas disciplinas “letramento matemático” e “educação matemática”, sendo retirada a disciplina “tópicos especiais da matemática básica”.

Ressaltamos que, após analisarmos as mudanças que ocorreram no currículo da Leducampo, foi possível identificar a exclusão de disciplinas que abordavam concepções históricas e ontológicas da ideologia e da ciência, bem como discussões relativas às classes sociais, às orientações ideológicas na educação e na produção de conhecimento científico. (Costa, 2025).

Também foram suprimidos estudos essenciais sobre a legislação educacional, gestão e financiamento do sistema educacional (PPC, 2018), entre outros temas fundamentais para a formação dos professores voltados às realidades das escolas do campo. Essas mudanças resultam na delimitação e restrição de conteúdos que, inicialmente, constituíam e sustentavam as diretrizes formativas propostas pela Leducampo.

Em relação a disciplina “história da África”, além de ser substituída pela disciplina “história oral”, foi retirada do núcleo de formação geral e passou a fazer parte do núcleo das práticas pedagógicas. Nesse mesmo núcleo, que em 2018 incluía somente o estágio supervisionado e a pesquisa e prática pedagógica, em 2020, passou a contemplar, além da “história oral”, também com as práticas de história oral nas comunidades do campo (Costa, 2025).

Essas duas disciplinas foram consideradas como equivalentes; entretanto, não apresentam identidade entre si. A primeira trata da história da África e sua relação com o Brasil, as transformações que ocorrem com os povos africanos no século XIX, e a disciplina “história oral”, em que nos deparamos com a trajetória, a história, tradição e os projetos da história oral no Brasil, mais voltados para técnicas e metodologia, como entrevistas e processos transcritivos (transcrição, textualização e interpretação).

Contudo, essas disciplinas podem ser consideradas como complementares, pois a primeira estava fundamentada nas relações que foram constituídas entre a África e o Brasil, enquanto a segunda tem como característica coletar vozes das comunidades, conhecer a história por meio dos sujeitos que residem nessas comunidades e conhecem a origem e a vivência das pessoas que vivem e trabalham nela.

Essa disciplina pode ser considerada um laboratório para análises dos depoimentos e verificação das vivências na realidade. Nesse contexto, todos os depoimentos/entrevistas são valorizados, pois expressam a diversidade de visões e pontos de vistas que os sujeitos têm do seu espaço de convivência.

Todas essas mudanças ocorreram em decorrência do momento atual, em que estamos vivenciando as reestruturações dos PPCs dos cursos. Isso nos faz refletir sobre as grandes demandas da sociedade do capital, que ameaçam a todo momento o conjunto das políticas públicas sociais da educação, principalmente da educação do campo (Molina, 2017).

O objetivo é estabelecer um alto controle ideológico, fomentando a necessidade de comando cada vez maior dos processos produtivos, isto é, oportunizando cada vez menos os conhecimentos teóricos e científicos, que visam a desenvolver a consciência dos indivíduos, e favorecendo o excesso de instruções e atividades práticas que são impostas pelas demandas do capital.

As bases formativas são pré-determinadas pelas resoluções e diretrizes, tais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Base Nacional Comum (BNC) para Formação de Professores, instituídas pela lógica do capital e fundamentadas nos ideais de avaliação conteudistas, bem como no desenvolvimento de competências e habilidades, que se limitam aos componentes curriculares determinados pelos índices das avaliações externas (internacionais) e internas (nacionais).

Concordamos com Molina (2017, p. 597), de que seja necessário dar

[...] ênfase no reconhecimento dos processos produtivos nos quais estão inseridos os camponeses locais, bem como no reconhecimento das origens e raízes históricas das comunidades, fundamental para repensar o futuro e compreender os desafios presentes enfrentados pelos camponeses para a reprodução material da vida nessas regiões.

Essa afirmação de Molina (2017) está pautada em uma proposta de formação baseada em princípios de humanização. Contudo, o que percebemos a todo momento é o processo inverso: a educação está direcionada, cada vez mais, para a consolidação das competências e habilidades, com foco nas avaliações externas.

Essa tendência representa um estreitamento do campo formativo, comprometendo os fundamentos humanizadores da educação e favorecendo interesses vinculados à lógica do capital. Como consequência, corremos o risco de aprofundar a exclusão social e intensificar a alienação de parcelas significativas da população, cada vez mais, inserida em uma sociedade de consumo e com acesso limitado a uma formação crítica e emancipadora.

4 Considerações finais

Em síntese, a organização curricular que foi proposta pela Leducampo tem como finalidade integrar os conhecimentos mediante uma carga horária previamente estabelecida

e, acima de tudo, pelo trabalho de forma contínua, demonstrando sempre as conexões e os nexos entre cada novo conteúdo e conhecimento elaborado. Assim, oportuniza-se aos discentes que problematizem situações do cotidiano e as articulem com os conhecimentos teóricos, bem como revejam concepções e avaliem criticamente o seu posicionamento.

É preciso enfrentar e resistir a essa desterritorialização dos trabalhadores do campo, de modo que seja valorizado o seu espaço de vida, de trabalho e todo aprendizado produzido nele.

Nesse contexto, a escola precisa ser pensada e organizada de modo que possa ser um dos grupos sociais capazes de contribuir para transformar socialmente os indivíduos. No entanto, existem contradições que ultrapassam o universo escolar, isto é, para que a sociedade realmente seja transformada, é necessário que haja mudanças nas relações sociais de produção, pois, sem isso, não conseguiremos promover a desalienação dos estudantes (Caldart, 2015).

Destacamos que esse processo não acontece de forma linear, pois ele é dinâmico e, a cada nova descoberta, o conhecimento/pensamento é transformado. Em conformidade com o PPC (2014, p. 15), apreendemos que o conhecimento está “[...] sempre em movimento, sempre em construção, sempre individual, assegurando a construção subjetiva, e coletiva, na busca da práxis engajada e transformadora”.

Agregando a formação docente às construções coletivas, históricas, lutas, debates e reivindicações pelas quais a educação do campo passou, para alcançar os direitos dos trabalhadores do campo às escolas do campo e os cursos de formação em nível superior. Além disso, o engajamento no contexto social, político, econômico e histórico também são fundamentais (PPC, 2014).

Entretanto, a partir da reelaboração do PPC, em 2018, a formação nas áreas específicas de ciências humanas e sociais foi retirada do currículo. Para as turmas que iniciaram no ano de 2019, só havia duas áreas de habilitação: linguagem e códigos e matemática. Essa reestruturação fez com que fosse também remanejado o número de vagas ofertadas pelo curso, agora com 30 vagas gerais, distribuídas 15 para cada área do conhecimento e reduzindo, assim, o acesso dos estudantes no curso.

Nossos apontamentos estão direcionados para um contexto em que é possível que os indivíduos tenham condições para alcançar formas mais complexas e críticas da consciência. Todavia, tudo isso depende dos interesses da sociedade em permitir que a classe trabalhadora tenha acesso a conhecimentos científicos mais elaborados.

Precisamos conhecer os conceitos fundamentais do desenvolvimento humano para

compreendermos a sua relação com a formação dos conceitos teórico-científicos e estabelecer as inter-relações com o que acontece na realidade da educação do campo.

Referências

ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M. *A educação básica e o movimento social do campo*. Brasília, DF: Articulação nacional por uma educação básica do campo, 1999.

BRASIL, K. C. A alternância desde a formação de professores na licenciatura em educação do campo na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3886>. Acesso em: 05 abr. 2023.

CALDART, R. S. Sobre a especificidade da educação do campo e os desafios do momento atual. Porto Alegre: Setor de Educação do MST, 2015.

COSTA, N. M. Princípios formativos da licenciatura em educação do campo: potencialidades e contradições na formação inicial. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/58>. Acesso em: 15 nov. 2025.

MARLIÈRE, R. G. T. Educação do campo na Universidade Federal de Viçosa: a constituição da licenciatura em educação do campo. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.

MOLINA, M. C. Políticas públicas. In: CALDART, R. S. et al. Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro; São Paulo: Ed. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 585-593.

MOLINA, M. C.; HAGE, S. M. Riscos e potencialidades na expansão dos cursos de licenciatura em educação do campo. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 32, n. 3, p. 805-828, 2016. DOI: 10.21573/vol32n32016.68577. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/68577>. Acesso em: 10 fev. 2024.

MOLINA, M. C. Contribuições das licenciaturas em educação do campo para as políticas de formação de educadores. *Educ. Soc.*, v. 38, n. 140, p.587-609, jul./set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/57t84SXdXkYfrCqhP6ZPNfh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 out. 2023.

NETTO, J. P. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, J. R. R. Educação do campo na legislação brasileira. In: PIATTI, C. B.; OLIVEIRA, J. R. R. de. Educação do campo em Mato Grosso do Sul: ampliando a construção da identidade das escolas do campo. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2021.

RAMOS, M. N.; MOREIRA, T. M.; SANTOS, C. A. Referências para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.

RAPOSO, G. K. F. A presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em processos formativos no contexto da licenciatura em educação do campo na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3887>. Acesso em: 15 abr. 2023.

UFMS. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Faculdade de Educação – Faed. Licenciatura em Educação do Campo – Leducampo. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Campo Grande, MS: UFMS, 2014.

UFMS. Resolução n. 602, de 3 de dezembro de 2018. Aprovar o item 7 Currículo, parte integrante do novo Projeto Pedagógico do Curso de Educação do Campo - Licenciatura da Faculdade de Educação conforme o Processo n. 23104.047811/2018-49. 2018.

UFMS. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Faculdade de Educação – Faed. Licenciatura em Educação do Campo – Leducampo. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Campo Grande, MS: UFMS, 2020.

VIGOTSKI, L. S. A construção do pensamento da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Revisão textual: Dayse Ventura Arosa

Submetido em: 10/08/2025.

Aprovado em: 28/09/2025